



Jornalismo precisa de novas fontes de receita, mas há “ideias perturbantes”

Tema era *O Norte, os Media e a Política*, mas foi para o futuro incerto do jornalismo que Augusto Santos Silva, Pedro Magalhães e Azeredo Lopes apontaram nos *Olhares Cruzados*, com coincidência de pontos de vista

Olhares Cruzados Alvaro Vieira

Há um prémio Nobel à espera de quem descobrir um modelo de negócio que salve o jornalismo de qualidade, concluiu Augusto Santos Silva, como que a justificar o facto de a incerteza que assola sobretudo a imprensa – com cada vez mais leitores *online* e menos receitas no geral – tenha dominado anteaumentem o debate *O Norte, os Media e a Política*, o último do 9.º ciclo *Olhares Cruzados* sobre Portugal, organizado pelo PÚBLICO e pela Universidade Católica do Porto (UCP). O debate contou também com o politólogo Pedro Magalhães, do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, e com Azeredo Lopes, ex-presidente da Entidade Reguladora da Comunicação Social, no papel de moderador.

Os três convergiram que o suporte digital e as redes sociais representam riscos e oportunidades para o jornalismo e que este precisa de inventar novas fontes de receita, para compensar as quebras nos proventos da publicidade e das vendas de jornais. Reconheceram que há experiências a seguir com atenção, como a da limitação do número de notícias a ler *online* gratuitamente, adoptada pelo PÚBLICO. Mas também falaram de “ideias perturbantes” que avançam para zonas a partir das quais “será cada vez mais difícil à comunicação social assumir-se como poder habilitado a vigiar os outros poderes”.

Pedro Magalhães introduziu e desenvolveu esta tese, dando o exemplo do *The Guardian*, um *quality paper* britânico, que há dias anunciou que vai produzir conteúdos sobre sustentabilidade ambiental patrocinados pela multinacional Unilever (prometendo que estes serão editorialmente independentes e identificados como conteúdos patrocinados).

A Pedro Magalhães preocupa a entrada em cena de “curadores de conteúdos” que se assemelham aos jornalistas, mas que “têm princípios deontológicos” diferentes. E o investigador receia que estejamos a ser “muito complacentes sobre esta ameaça”. O *The Guardian* já tinha uma plataforma de “jornalismo-cidadão” patrocinada por uma operadora de telecomunicações e conta com o patrocínio da Fundação Bill e Melinda



Debate entre Augusto Santos Silva, Azeredo Lopes e Pedro Magalhães decorreu na Católica do Porto

Gates para as suas reportagens na área do desenvolvimento global.

Na mesma linha, o PÚBLICO, cujo caso não foi referido no debate, lançou há dois anos o projecto *Público mais*, através do qual algumas empresas se assumem como “mecenass” de trabalhos de maior fôlego.

Azeredo Lopes recordou que o novo CEO [Joseph A. Ripp] da revista *Time* foi mais longe e “decidiu juntar no mesmo espaço comerciais e jornalistas”. “A própria avaliação da produção jornalística tem que passar pelo crivo comercial”. Questionado sobre se isto não lhe parecia chocante, [Ripp] sugeria que a questão era hipócrita, porque todos já faziam isso sem o assumir”, relatou Azeredo Lopes, actual chefe de gabinete de Rui Moreira, na Câmara do Porto.

“Linhas vermelhas”

Irónico, Santos Silva afirmou que, tal como Paulo Portas, vê “linhas vermelhas” que não se podem transpor. “A primeira é a que distingue jornalismo e publicidade”; a “segunda linha vermelha”, para o também professor da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, diz respeito à independência política. Santos Silva

criticou a “excessiva proximidade” entre alguns jornalistas e políticos. Referindo-se ao *Diário de Notícias*, declarou que “quando uma secção quase inteira de um jornal se muda para os gabinetes de um Governo, põe em causa a isenção de todo o jornal”. E criticou os jornalistas que no Twitter ou Facebook violam regras básicas da deontologia. Azeredo Lopes disse também não conceber como é que um jornalista pode, nas redes sociais, dizer do político que vai entrevistar no dia seguinte “o que Maomé não disse do toucinho”, com o argumento de que é “jornalista e cidadão em horários diferentes”.

Santos Silva chegou a lamentar que a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista seja “simpática na aplicação das suas competências, tendo em conta o rosário de violações flagrantes [da deontologia] a que todos os dias se assiste”, e apontou outros pecados, por actos e omissões: observou que a Rádio Renascença se refugia no estatuto de “emissora católica” para não cumprir o pluralismo a que está obrigada por lei; que os jornalistas não escrutinam o seu próprio sector

Cherchez la femme

A ausência de mulheres entre os 12 convidados do 9.º ciclo de debates *Olhares Cruzados* motivou a publicação, há uma semana, de um artigo intitulado *M de Mérito ou M de Masculino? No texto*, cerca de 40 académicos lamentam o défice de representação do sexo feminino nos espaços de debate e opinião pública portugueses. Anteaumentem, Pedro Magalhães assumiu que era um dos subscritores, para logo confessar que já começava a sentir “empatia” com a organização dos *Olhares Cruzados*. Contou que dos seis convites que formulou para uma conferência que está a organizar, os três dirigidos a mulheres foram todos declinados. A organização dos *Olhares Cruzados* disse que se deparou com o mesmo problema, mas que tomava boa nota das críticas.

com o empenho que dedicam aos políticos; que há défice de presença mediática do PCP; que Marcelo Rebelo de Sousa exerceu um magistério exclusivo por muito tempo na TV – questão que causou grande polémica, quando suscitada pelo Governo de Santana Lopes.

Pedro Magalhães já expressara preocupação por o cruzamento de vários inquéritos revelar que os portugueses, ao mesmo tempo que dizem considerar a existência de informação fiável para avaliar as decisões dos políticos muito importante, têm vindo a reduzir drasticamente a atenção dada às notícias sobre as campanhas eleitorais. O que sugere que as respostas sobre a importância da informação política “não têm base cognitiva”. “Parte significativa da população desligou”, alertou.

Quando o debate se alargou à assistência, José Queirós, ex-director adjunto e ex-provedor do leitor do PÚBLICO, perguntou se a sustentabilidade do jornalismo, que todos haviam considerado uma condição da democracia, não devia ser tomada como um problema do regime democrático.

Santos Silva ainda admitiu uma taxa de IVA mais baixa e medidas para redistribuir a publicidade entre os sectores de *media*. No mais, disse não estar a ver nada que não lhe parecesse ainda mais “perigoso” para a independência da comunicação social.

Com a discussão centrada nos problemas do jornalismo e na sua relação com a política, o debate quase perdeu o “norte” prometido pelo título. Mas Pedro Magalhães chegou a sublinhar a importância dos olhares sobre as “comunidades locais”, nos *media*, e Santos Silva reconheceu a existência de um “defice” de pluralismo nesse nível, ressaltando que tanto dedicava essa preocupação ao Norte como ao Alentejo ou aos Açores, e exortando os meios de comunicação social “com sede ou antenas na região” a produzirem conteúdos de proximidade.

Da plateia, Manuel Tavares, director do *Jornal de Notícias*, lembrou que o Porto já perdeu *O Primeiro de Janeiro* e *O Comércio do Porto* e lamentou que os partidos políticos sejam “napoleónicos” e não se preocupem com a diversidade regional da informação.